CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2093/88 - PROCS. DRE/RP NºS6034/86, 3531/87 e 8171/88
INTERESSADA : ELIVÂNIA NOGUEIRA DA SILVA
ASSUNTO : Convalidação de atos escolares - Consulta da Equipe
Técnica da Supervisão Pedagógica da Divisão Regional
de Ensino de Ribeirão Preto.
RELATORA : Cons^a MELÂNIA DALLA TORRE
PARECER CEE Nº 309/90 - APROVADO EM 11/04/1990.

1. HISTÓRICO

Conselho Pleno

Tramitaram, por este Colegiado, diversos processos da DRE de Ribeirão Preto, DE de Ituverava, concernentes à convalidação de atos escolares de alunos que cursaram o 1º grau em escolas municipais, rurais e isoladas, que funcionaram sem autorização, nos termos da Deliberação CEE nº 18/78, revogada pela Deliberação CEE nº 26/86, resultando nos Pareceres CEE nºs 1811/87, 1821/87, 631/88, 1287/88, 307/89 e 439/89.

Em 11/04/89), Sra. Supervisora da DE de Ituverava, considerou que os pareceres são conflitantes e, "não conformada com a apreciação e Conclusão do Parecer CEE nº 1287/88", (fls. 63 e 64 Proc. Apenso DRE/RP n.s 3593/87) solicitou informações sobre o procedimento a ser tomado no caso de alunos matriculados em escolas municipais, não-autorizadas e que, ao se transferirem para a rede estadual, não foram avaliados quanto ao nível de escolaridade, como orienta o Parecer CEE 1821/87. Questiona, ainda, se devem ser considerados regularizadas os atos escolares destes alunos, com base nos Pareceres CEE 1811/87 e 1821/87 ou se estes casos devem ser encaminhados ao CEE para análise e convalidação de atos escolares, conforme Parecer CEE nº 439/89. Na opinião da Sra. Supervisora, em alguns casos, não há como aplicar a avaliação para se verificar o nível de escolaridade, uma vez que o problema só foi detectado quando os alunos já haviam concluído a 8ª série.

A Assistência Técnica da DRE de Ribeirão Preto entende que a adoção dos Pareceres CEE nºs 1811/87 e 1821/87, "representa suporte legal e constitui medida sensata de resguardar os direitos dos alunos que se enquadrarem em situações semelhantes. Mesmo se acolhessemos a hipótese da existência de conflito do normas, sempre que houver possibilidade, é recomendável que se adote o caminho legal que permita exercitar o dever de, desburocratizando, possibilitar ao interessado

um acesso mais rápido ao gozo de seu direito", (fls. 66 do Proc. apenso DRE/RP 3593/87).

2. APRECIÇÃO

Trata-se de pedido de esclarecimentos feito pela Sra. Supervisora de Ensino da DE de Ituverava e da Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica da DHE/RP, sobre as medidas que devem ser aplicadas, no futuro, em casos de alunos que cursaram escolas Municipais isoladas, não-autorizadas e que foram matriculados em escolas regulares sem avaliação do nível de escolaridade.

O Parecer CEE nº 1811/89, do Consº Luiz Antônio de Souza Amaral, no item "c", esclarece que "já no que se refere a alunos que tenham cursado essas escolas isoladas, que não obedeciam às condições estabelecidas na legislação para o devido reconhecimento, ou o mesmo não tenha sido solicitado pela mantenedora, deverão ser recebidos pelas escolas oficiais da rede do próprio Município ou do Estado e, uma vez avaliado o nível de escolaridade, colocados na série que tenham condições de acompanhar desde que não ultrapassem o nível das cinco primeiras série do 1º grau. Isto já está regulamentada pela Deliberação 14/78 que trata de transferência de alunos em conclusão das quatro primeiras séries sem histórico escolar".

Na tentativa de dirimir, "de uma vez por todas", as dúvidas quanto ao procedimento a ser tomado para a convalidação de atos escolares de alunos em situações similares, a Consª Cleusa Pires de Andrado, no Parecer CEE 1287/88, ratifica as orientações do Parecer CEE 1811/87, do Consº Luiz Antonio de Souza Amaral.

O Parecer CEE n.s 439/89, da Consª Iara Glória Areias Prado, orienta para que medidas imediatas de regularização da vida escolar de alunos que cursaram escolas municipais isoladas, não-autorizadas, sejam tomadas, pelas autoridades competentes, conforme orientações exaradas nos Pareceres CEE nº 1811/87 o 1287/88.

3. CONCLUSÃO:

Responda-se a DRE de Ribeirão Preto nos termos deste Parecer 1287/88.

São Paulo, 6 de fevereiro de 1990.

a) Consª Melânia Dalla Torre

Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de abril de 1990.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente